

Desafios para a pesquisa em política social*

VICENTE DE PAULA FALEIROS**

Este artigo pretende contribuir para uma reflexão sobre a questão do objeto da pesquisa em políticas sociais no processo de globalização, sobre as condições de pesquisa e os caminhos metodológicos para o seu desenvolvimento.

A produção do discurso científico

A produção do conhecimento científico implica a produção de um discurso legitimado pelos cânones consagrados pelos próprios cientistas como sendo os cânones da verdade aceita pela academia dos sábios, o que significa que o saber é historicamente condicionado e institucionalmente reconhecido. Esse processo, no entanto, não é consensual, implicando disputas, resistências e mesmo perseguições em nome da “verdade”. As inquisições fazem parte das histórias pela disputa do domínio da verdade. Foucault buscou um método que partisse das fronteiras, das práticas sociais marginalizadas para confrontar estas práticas com a produção da verdade dominante, ou melhor, da verdade produzida pelo dominante (ver, por exemplo, *Microfísica do Poder*, 1979).

* Publicado em *Intervenção Social*, Lisboa, n. 21, jul. 2000

** Professor titular aposentado e pesquisador associado da Universidade de Brasília, assistente social e doutor em Sociologia, consultor e autor de vários livros e artigos sobre Política Social e Serviço Social.

Essa produção do conhecimento depende do lugar reconhecido da fala, pois, como assinala Dominique Maingueneau (1997, p. 50), “o discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica”. Ou seja, as normas da organização do saber científico impõem uma série de restrições ao discurso para que tenha legitimidade científica como: observação rigorosa, explicitação de regras para relacionar o sujeito que conhece com o objeto do conhecimento, possibilidade de generalização, plausibilidade da teoria em relação ao acúmulo de conhecimento na área, arsenal técnico ou de técnicas e valores éticos de busca da verdade.

Becker (1997, p. 20) distingue a metodologia que minimiza o julgamento humano por procedimentos mecânicos (e quantitativos) daquela que os explicita tanto quanto possível para que outros possam chegar a suas conclusões (p. 20). Sobre isto é interessante retomar Marx quando distingue o método de investigação do método de exposição. Afirma que o primeiro “tem que se apropriar em detalhe do material, analisar as suas diferentes formas de desenvolvimento, traçar suas conexões internas” (Marx, 1976, p. 21), para então apresentar os resultados na lógica da exposição. Esta apropriação do material, análise de suas diferentes formas de desenvolvimento e traços de sua conexão interna exigem a elaboração de dimensões e de instrumentos explícitos para desconstruir e reconstruir o processo da produção do conhecimento.

No longo trajeto de construção do conhecimento da sociedade, ou mais especificamente da Sociologia, este se institucionaliza, como o mostra o Relatório da Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais,

“no decurso da segunda metade do século XIX principalmente a partir da institucionalização e da transformação, dentro das universidades, do trabalho realizado pelas associações para a reforma da sociedade, cujo programa de ação se tinha ocupado primordialmente do mal-estar e dos desequilíbrios vividos pelo número incontável da população operária urbana.” (Comissão..., 1996, p. 35).

Mas ao levar esse trabalho para as universidades, como assinala o referido Relatório, abdicou-se, em grande medida, da militância ativa e, ao mesmo tempo, a influência positivista foi articulando maior separação entre o sujeito e seu objeto, criando *grades* (referências, dimensões, técnicas, instrumentos) de conhecimento entre o observador e a realidade. A dinâmica histórica de relacionamento entre colonizador e

colonizado também estabeleceu referenciais para a formulação de um conhecimento do dominante *sobre* o dominado.

O processo de democratização, e ao mesmo tempo, de luta dos dominados foi implicando uma nova legitimidade que valorizava o ponto de vista dos vencidos, dos excluídos, dos marginalizados, como vem propondo a “História Nova”, visualizando-se a perspectiva do outro, do olhar do operário, da prostituta, da mulher, do delinqüente, como o faz Michelle Perrot (1988) e tantos outros pesquisadores. O conhecimento não é só legitimado por regras estabelecidas, mas também por sua capacidade de desconstruir o consenso estabelecido, isto é, por sua capacidade crítica. A crítica é, justamente, esta desconstrução do consenso estabelecido pela mediação dos confrontos, da visão da perecibilidade da história, da complexidade, do contexto, da reação à ilusão, numa visão articulada da sociedade como relação social e não como coisa ou substância.

Essa crítica implica, ao mesmo tempo, a interação e a comunicação intersubjetiva, pois como assinala Habermas (1982), retomando a tradição marxista da práxis, não é pela contemplação de algo, na suposta apropriação conceitual daquilo que as coisas são num determinado instante, que os homens aprendem, mas pela transformação desta coisa, pelas conseqüências que seu saber opera no real, isto é, pelo trabalho, mas não de forma naturalista, pois implica interesses em jogo, significado e contexto, idéias, atores e processos condicionantes, o que pode ser sintetizado na famosa frase de Marx no *18 Brumário*: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas nas condições diretamente dadas e herdadas do passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa com um peso pesado no cérebro dos vivos”. Não é, pois, sem referência ao marxismo a retomada que hoje se faz da herança como capital simbólico, material e político. Bourdieu, em *O poder simbólico* (1989), assinalava que “le mort saisit le vif”.

Com esta perspectiva histórica é que podemos discutir as condições e o processo de produção do conhecimento numa realidade em transformação de grande velocidade pelo fluxo das informações, pela virtualização dessa mesma realidade através da imagem “voadora” da Internet, das bases informáticas e informacionais da produção e da globalização financeira e mercantil do capital.

O objeto da pesquisa em políticas sociais

Nesse contexto, o objeto da pesquisa das políticas sociais está em profunda transformação, exigindo-se do pesquisador que considere não só os atores que estão em cena, mas o próprio cenário das mudanças em sua complexidade e sua heterogeneidade. Não se pode analisar as políticas sociais apenas no circuito fechado de um país, pois a própria globalização do capital está impondo condições semelhantes (embora com processos distintos) a diferentes países quanto à redução do papel do Estado e ampliação do mercado no processo econômico e na implementação de políticas e de gestão social.¹

Esta questão exige uma visão da complexidade das mudanças, pois estão em mutação não somente os valores ou a velocidade das transações mas, também, as bases da produção da própria sociedade. O capitalismo industrial fundado na tecnologia do gasto de energia, do motor, está dando lugar a um capitalismo fundado no conhecimento, na incorporação de pesquisas. Não se compra, hoje, um produto pela potência de que dispõe (como uma lavadora, um automóvel), mas pelos programas que incorpora. Esta mutação na base da produção está exigindo pesquisas, capacitação da mão-de-obra e implicando novas relações sociais. Uma delas é a redução drástica do número de trabalhadores industriais com brutal aumento da produtividade e articulação das relações de subcontratação e terceirização da produção com um novo conceito de sistema de produção e de propriedade dos meios de produção. A propriedade do conhecimento, das tecnologias torna-se mais importante do que a propriedade física das instalações.

O sistema de franquias, por exemplo, faz com que surjam redes de um produto com donos diferentes das instalações, como acontece, por exemplo, com a rede McDonald's espalhada pelo mundo, levando o mesmo gosto de gordura frita para todos os cantos do planeta. Em 1845, dizia Karl Marx no Manifesto do Partido Comunista que “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Essa observação de meados do Século XIX parece repetir-se agora no final do Século XX. De novo, tudo que é sólido se desmancha no ar. Na época de Marx, no entanto, as mudanças foram provocadas pela revolução industrial capitalista, trazendo no seu

¹ Alguns temas que seguem foram abordados em nosso trabalho “Desafios para o serviço social na era da globalização” (1999).

bojo o contrato salarial, a produção em série, a expulsão do homem do campo, as condições insalubres e as longas jornadas de trabalho, além dos cortiços, das aglomerações urbanas e mudanças na família, mirando as bases da vida comunitária e da família extensa, e produzindo novas necessidades vinculadas à produção industrial. Isto provocava incertezas na sociedade e também o “fantasma do comunismo” que rondava a Europa, na expressão de Marx.

Neste final de século, é fundamental pensarmos o processo social em curso no movimento das contradições atuais do capitalismo contemporâneo, no contexto da chamada globalização. Na ótica liberal, trata-se de um processo natural de competitividade, como assinala o Relatório do Grupo de Lisboa:

o processo de globalização do sistema financeiro, da indústria, dos mercados de consumo, infra-estruturas e serviços de informação e comunicação, para não falar da segurança militar baseada em alta tecnologia, acentuou a transformação da competição que, de um meio e modo específico de funcionamento econômico, se tornou numa ideologia e num modo agressivo de sobrevivência e hegemonia (ser o vencedor). (Grupo de Lisboa, 1994, p. 15).

Estas mudanças não resultam apenas da competitividade desenfreada, pois há também profundas modificações nas relações internacionais sob a égide do capital financeiro. O processo de acumulação, hoje, rompe com as barreiras dos estados nacionais com base na circulação financeira veloz, nas megafusões, na formação de monopólios e no crescente aumento da desigualdade. Vive-se, pois, uma crise de exclusão, de distanciamento social que parecia ser ou estar diminuído pelo progresso, pelo crescimento e pelo Estado de Bem-Estar Social. As manifestações destas mutações, não são, entretanto, homogêneas. São diferentes na Europa, nos Estados Unidos e nos países periféricos. Nos Estados Unidos há mais oferta de emprego e menos proteção social, enquanto que na Europa há muito desemprego e mais proteção social. Nos países periféricos, com pouca oferta de emprego e com mínima proteção social, a crise se condensa num processo perverso de fabricação da miséria, tanto pela redução do Estado como pela recessão econômica impostas para o pagamento de juros da dívida e obtenção de superávites nas exportações. Na correlação de forças atual há um claro predomínio da hegemonia norte-americana no mundo e uma legitimação

de sua política de desproteção social pela existência de empregos nos Estados Unidos, sem levar em conta, muitas vezes, que se trata de empregos precários, sujos, e em condições insatisfatórias.

O capitalismo norte-americano se estrutura não só econômica mas também política e militarmente, desenvolvendo sua hegemonia em nível mundial através de uma rede de empresas, do comércio, do controle de organismos internacionais, de meios de comunicação e da tecnologia, para citar os pontos mais visíveis dessa hegemonia, com capacidade de articular e até de impor regras que favorecem a economia do dólar. O Banco Central dos Estados Unidos tem forte poder de influência na economia global, aumentando ou diminuindo as taxas de juros que atraem mais ou menos aplicadores nas bolsas. O contraponto do euro não modificou essa dominação e essa concentração de capital.

O modelo norte-americano consiste *na diminuição da proteção social para a manutenção do emprego*, o que parece vantajoso num mundo de desempregados. Essa é a questão essencial relativa às mudanças que o neoliberalismo visa introduzir ao reduzir o Estado, para se deixar nas forças do mercado a sobrevivência do indivíduo. Os indivíduos ficam, pois, sem escolha para sobreviver: ou o emprego sujo, precário, mal pago, desprotegido ou o desemprego e a falta de condições de sobrevivência. A situação de desemprego, ao invés de estar propiciando mais proteção, tem encontrado, por parte do Estado, mais pressão para o emprego ou empregabilidade com o corte de benefícios, aumento de restrições ao seguro-desemprego e desregulamentação da legislação protetora em nome da cobertura do déficit público, em grande parte causado pelo pagamento de juros aos banqueiros. Cria-se um círculo vicioso, oposto ao existente no Estado de Bem-Estar, reforçando-se mutuamente menos contribuição com menos proteção. Diminuem as contribuições para a seguridade ou segurança social, fundada na existência do assalariamento. Quanto maior o número de desempregados menor é a contribuição social que o Estado recebe. A recessão econômica, por sua vez, gera maior desemprego, menor atividade econômica e menor financiamento das políticas sociais.

Os capitalistas, hoje, parecem ter menos interesse no investimento direto (apesar das grandes fusões que se realizam entre as grandes empresas) comparativamente aos ganhos que podem obter com o capital especulativo, que, por sua vez, também é menos ou quase nada taxado e mais volátil, gerando menos contribuição para os fundos públicos e

menos empregos. Nessa perspectiva, tanto o Estado como o capital, em nome do mercado, colocam-se num processo de desresponsabilização social e de solapamento da solidariedade do Estado de Bem-Estar.

Na periferia do capitalismo, o Estado de Bem-Estar não existe em sua expressão plena, configurando-se na maioria das vezes como seguro social para os que dispõem de emprego ou renda estáveis.² É na solidariedade familiar, nas redes primária ou no trabalho informal que os indivíduos se apoiam para garantir o mínimo para viver, no que se convencionou chamar de estratégias de sobrevivência, que têm como base o trabalho precário, instável, sujo, difícil, usando, muitas vezes, como matéria prima as migalhas e os dejetos da sociedade de consumo, como o lixo das ruas e dos entulhos. Na própria periferia há diferenças: destacam-se os que se desenvolvem menos e outros que se situam numa situação intermédia de desenvolvimento, configurando-se um aprofundamento e um desnivelamento da desigualdade no contexto mundial. Há um processo de exclusão mundial que coloca, por exemplo, boa parte da África em situação de extrema miséria.

A nova ordem mundial está se estruturando nesse processo de aprofundamento da desigualdade com a ampliação da competição e com a redução ou eliminação de regulamentações e do papel do Estado, assim como através da abertura econômica para a livre circulação do capital, sem restrições. O capitalismo se recicla em nível mundial exigindo a quebra das unidades inadequadas para o novo processo de acumulação em nível planetário. As empresas acorrem às fusões ou vendas para poderem aumentar seus lucros. Os países periféricos, como o Brasil, apesar do aumento das exportações, não conseguem obter incremento significativo no fluxo de capitais com a queda de preço de seus produtos. Ao integrarem-se no processo competitivo do capital financeiro, os países periféricos se obrigam ao receituário do Fundo Monetário Internacional, privatizando o patrimônio estatal nacional, realizando um ajuste fiscal que impõe redução de salário do funcionalismo e de verbas dos programas governamentais, com forte incidência nos programas sociais. O ajuste fiscal passa a ser o único horizonte da política oficial para poder atender ao pagamento dos juros da dívida, que

² No Brasil, por exemplo, mais de 40% dos trabalhadores não contribuem com o seguro social, trabalhando no setor informal.

causam, na maior parte, o déficit fiscal, numa sangria das condições sociais do povo, que é quem paga impostos, paga mais pelos serviços privatizados, perde empregos e fica sem os serviços públicos.

A globalização dos fluxos financeiros não só propicia a transferência de propriedades, o corte de empregos, a desvalorização do patrimônio, assim como solapa e mina as moedas nacionais com seus ataques especulativos, como aconteceu na Ásia em 1997, na Rússia em 1998 e no Brasil em 1999. A economia mundial vem sendo partilhada entre as multinacionais, criando-se um novo espaço internacional, por exemplo: a telefonia no Brasil e na América Latina foi loteada entre as telefônicas alemã, espanhola, inglesa, portuguesa, italiana, francesa e americana, também com participações japonesa e sueca, para citar as mais visíveis. O Brasil está literalmente dividido entre as multinacionais da telefonia.

O mapa do mundo está sendo redesenhado, não só pelas guerras ou separações étnicas e culturais, mas pelas multinacionais. Os partidos políticos nacionais têm um espaço político mais limitado diante da perda de soberania dos Estados nacionais, cujos líderes têm mais dificuldade em formular propostas de coesão nacional, como foi o *Welfare State*. As nações estão divididas quanto ao seu projeto de futuro, ao seu horizonte e a suas condições de autonomia. Isto não descarta a possibilidade de construção de consensos ou pactos nacionais, o que exigirá esforços e concessões muito complicadas frente à interconexão de interesses atuantes no contexto internacional e nacional.

As novas tecnologias de consumo doméstico ou individual, como o telefone celular (telemóvel) e a Internet, ao mesmo tempo em que aproximam as pessoas e firmas e intensificam a comunicação, também acentuam desigualdades, favorecendo os que podem atualizar-se permanentemente com as máquinas mais poderosas e caras, diante da obsolescência programada dos aparelhos que perdem validade rapidamente. É o desuso do valor de uso.

Implicações para as políticas sociais

No contexto dessa globalização vêm sendo transmutadas as três referências básicas que estruturaram as relações Estado/sociedade/economia no Pós-Guerra: o emprego estável assalariado, a família e o contrato da cidadania em suas dimensões política, civil e social.

O emprego industrial está diminuindo de forma significativa sem ser substituído, na mesma proporção, pelos serviços. Na Comunidade Européia, por exemplo, a taxa de desemprego passou de 4%, no período 1971-1980, para 9%, no período 1981-1985, ficando na década de 90 pouco acima de 10%³. Na América Latina, o desemprego passou, de 1990 a 1998, de 7,5% a 14,9% na Argentina, de 4,3% a 7,3% no Brasil⁴, mantendo-se em 6,6% no Paraguai e em 10% no Uruguai.

A família tem mudado profundamente, não só com o trabalho da mulher e o aumento de famílias monoparentais, mas também com a influência da escola e da televisão e novos padrões de consumo. O horizonte intergeracional da continuidade familiar está sendo menos valorizado e menos garantido pela cultura da individualização, pela economia de trabalho, precário, e a pela perda de condições de vida das famílias. Em consequência, o indivíduo deve contar mais consigo mesmo e menos com a rede familiar.

No atual contexto do capitalismo não se universalizam direitos; ao contrário, estes são cada vez mais reduzidos no campo social, modificando-se o referencial de cidadania que foi construído no pós-guerra com a implementação da seguridade social. Esta seguridade, na perspectiva beveridgiana de 1943, visava

“a garantia de um rendimento que substituísse os salários quando se interromperem pelo desemprego, por doença, ou acidente, que assegurasse a aposentadoria na velhice, que socorresse os que perderam o sustento em virtude da morte de outrem e que atendesse a certas despesas extraordinárias, tais como as decorrentes do nascimento, do morte e do casamento. Antes de tudo, segurança social significa segurança de um rendimento mínimo; mas esse rendimento deve vir associado a providências capazes de fazer cessar, tão cedo quanto possível, a interrupção dos salários”. (Beveridge, 1943, p. 189).

O plano de Beveridge pressupunha a formação de um sistema complexo e completo de proteção social na ausência do salário que deveria ser fruto do pleno emprego.

³ O fim da sociedade salarial não garante mais os benefícios sociais. O emprego não é mais garantido, a crise do desemprego assola o mundo todo. São milhões de desempregados, na Inglaterra, segundo John Gray (1998), em 20% das famílias, nenhuma pessoa teve uma experiência de emprego.

⁴ Dados oficiais. Segundo o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (DIEESE), em 1998 o desemprego foi de 14% em São Paulo.

O contrato social que sustentou esse paradigma de convivência social também está em crise. Para Santos (1998) esse contrato está fragmentado devido aos vários *apartheids* sociais, ficando as pessoas dele excluídas por não terem condições de nele ingressar (pré-contratualismo) ou deles sendo expulsas (pós-contratualismo). Segundo o autor, os excluídos são apenas formalmente cidadãos, lançados num estado de natureza pelo enfraquecimento do Estado, pela economia neoliberal, pelo mínimo de democracia e pelo primado das relações mercantis, acima analisados.

Desta forma, a construção da cidadania torna-se mais árdua, menos clara, pois a rede de proteção social se esgarça, se fragmenta, focaliza segmentos ao invés de considerar o cidadão com direito a ter direitos. As convenções das Nações Unidas vêm propiciando a discussão de alguns direitos, mas que não revolucionam as relações dominantes. O padrão civilizatório dos direitos humanos que, por exemplo, não foram respeitados pelos Estados Unidos no seu apoio às sangrentas ditaduras da América Latina, e hoje é apregoado contra seus inimigos, é um parâmetro que toda a humanidade precisa assumir. Apesar de aprovado pela ONU, esse parâmetro não é globalizado. Os Estados favorecem mais os interesses do capital que a defesa dos direitos humanos considerando-se a existência de pena de morte, trabalho infantil, prisões ilegais, tortura, perseguição, discriminações, desemprego, para citar algumas dimensões desses direitos.

A situação de pré-contrato, segundo Santos, refere-se àquelas pessoas que nunca vão ter condições de ingressar no contrato social, já que não têm como fazer parte dessa cidadania, que foi símbolo da modernidade. A nosso ver, fazem parte de uma situação infra-política, ao não ter informação e condições de análise do voto; infra-social por não poder usufruir dos resultados do desenvolvimento; infra-econômica por não ter acesso às relações de emprego, sem condições de competir no mercado. Não têm mais condições de competir nesse mercado, que exige conhecimento de língua, computação, viagens. Os “marketeiros” (os que fazem marketing) anunciam na televisão que para se manter no emprego é preciso ter viajado pelo mundo, conhecer vários países, saber várias línguas, enquanto milhões e milhões de pessoas estão a pedir esmola, a cuidar de carros nas ruas, a transportar mercadorias com seus braços ou em carroças, desempregadas, sem dinheiro para tomar um ônibus. Parecem estar fora da modernidade antes mesmo de nela entrar. Boaventura dos Santos diz que se passa, hoje, do pós-contrato

para o pré-contrato. Os que ficaram *out* têm poucas chances de voltar a compartilhar dos direitos e benefícios dos que estão *in*.

A base da modernidade foi a construção desse contrato, palavra e legitimado pelo Parlamento, que estabeleceu, na perspectiva de Hobbes, direitos e limites para a segurança coletiva e a pacificação social. Na perspectiva de Locke esse contrato se traduziu, na sociedade burguesa, na defesa da propriedade. Na perspectiva de Voltaire significou a defesa da tolerância. Para Rousseau, o contrato social é a participação e a lei. A construção da cidadania está imbricada na construção da democracia. Diz Rousseau que o problema fundamental do contrato social é

trouver une forme d'association qui défende et protège de toute la force commune la personne et les biens de chaque associé, et par laquelle chacun, s'unissant à tous, n'obéisse pourtant qu'à lui même, et reste aussi libre qu'auparavant. (Rousseau, 1963, p. 61).

O fim da guerra de todos contra todos implica a união de todos num projeto definido por todos na assembléia, na “vontade geral”, que se traduziu, no processo histórico, no voto individual, na organização coletiva dos partidos. Santos levanta a hipótese de que estamos voltando ao estado da natureza, usando a guerra para resolver os problemas da humanidade, não mais o contrato. Aliás, a guerra faz parte do processo de imposição de interesses e está constantemente presente nas relações nacionais e internacionais.

Há, também, cada vez mais, o uso de formas pré-contratuais por parte do próprio Estado, ao buscar legitimação pessoal através de políticas clientelistas, como, por exemplo, a de distribuição de cestas básicas, pão, sopa, leite e circo,⁵ realizando o que Sônia Fleury (1994) chama de “cidadania invertida”, ou seja, a inclusão em programas sociais através de mecanismos excludentes da própria cidadania, configurando-se contraditoriamente, “a inclusão excludente”. As massas empobrecidas, no desespero, afluem à busca desses “favores”⁶ para não morrer de fome. É a negação da cidadania. No Brasil, a Lei Orgânica

5 O governo do Distrito Federal, eleito em 1998, tem como política social oficial a distribuição de pão e leite para crianças pobres na periferia da cidade, além de organizar *shows* com cantores populares e manifestações religiosas.

6 Tal como aparecem ou são vistos na cultura clientelista. São, de fato, custeados pelos impostos.

da Assistência Social, de 1993, assim como as legislações de renda mínima, em muitos países, fazem parte desse contrato da modernidade ao se garantir a sobrevivência/assistência como um direito e não como um favor. Por outro lado, a lógica de muitas políticas focalizadas é a da parcialidade, da fragmentação, da redução do direito. A focalização sem universalização discrimina e corrói a relação ao direito, passando a considerar o benefício como ato pessoal destituído de cidadania.

O “novo contrato social”, imposto pelo processo de globalização, consiste em tornar o indivíduo menos seguro, menos protegido, mais competitivo no mercado, com menos ou nenhuma garantia de direitos. É o sujeito desnudado dos direitos. Nesse “contrato” não pactuado pela livre vontade dos cidadãos, os fundos públicos são substituídos pelos privados, a responsabilidade social do Estado é transferida para as famílias e o Estado pelo mercado. Estamos falando do “contrato” leonino e desigual que é justificado no mundo inteiro pelo discurso da competitividade, fazendo recair sobre os trabalhadores o preço das vantagens que estão sendo pagas aos especuladores.

Como forma de resistência e de enfrentamento da ruptura do contrato social, alguns famintos descobriram que o saque é um direito, e que está na Bíblia que as pessoas podem roubar para não morrer de fome. O Movimento dos Sem Terra (MST), no Brasil, ocupa terras improdutivas para produzir, forçando a desapropriação social, e enquanto não sai a desapropriação também organiza alguns saques a caminhões que transportam comida. É a iniciativa organizada da sociedade contra o neoliberalismo e que se expressa também na luta pelos direitos sociais, pela manutenção dos contratos de direito social que vêm sendo desmontados e desmantelados. Milhares de trabalhadores franceses saíram às ruas em 1995, com o apoio da população, contra o plano Juppé de corte nos direitos sociais. É a sociedade reagindo à volta do liberalismo do mercado, à selvageria do capital,⁷ à competitividade a todo preço, cujos valores estão provocando profundas mudanças nos processos de trabalho, no imaginário social, nas políticas sociais, na proteção social.

A própria sociedade passa a ter outra configuração de classes sociais com a diminuição drástica do número de trabalhadores indus-

⁷ O movimento ATTAC, na França se propôs a combater o acordo multilateral de investimentos que permitiria ao capital circular pelo mundo sem qualquer restrição. Os desempregados estão também reagindo, defendendo o direito a uma renda. O desemprego faz aumentar a produtividade das empresas, ou seja, contraditoriamente, o desemprego está propiciando a acumulação de capital.

triais e das relações de assalariamento, com maior expressão dos autônomos subcontratados e dos trabalhadores terceirizados, com a criação de escritórios e consultores, que Robert Reich (1994) chama de “analistas simbólicos”. Nem todos têm, entretanto, a mesma inserção no mundo do trabalho, com as profundas desigualdades de condições e processos de trabalho que produzem um aprofundamento da desigualdade. Basta ver o luxo de um grande escritório de advocacia e o lixo em que vive um prestador de serviços da periferia. A informatização de um se combina desigualmente com a desinformação de outro, que nem sequer tem um telefone fixo próprio.

Essa desigualdade combinada com o barateamento da mão-de-obra e as condições precárias de trabalho através da desregulamentação do emprego permanente também vão criando no trabalhador outra subjetividade, a subjetividade do medo, do medo de ficar sem trabalho, e da vergonha de não poder honrar os compromissos do dia-a-dia, de passar fome e de ver a família passando fome (cf. Gaulejac, 1994). Ter acesso a cartões de visita, concursos, telefone celular, computador, é um esforço, um processo e um investimento fundamental que implica capitalização ou patrimonialização do sujeito nas suas relações.

Touraine, em seu livro *Poderemos viver juntos, iguais e diferentes* (1999), constata a dissociação entre a economia e a cultura e a existência de um poder difuso para acelerar a circulação de capital, e busca uma saída que não destrua as culturas na globalização nem se feche em um comunitarismo autoritário. Essa saída se manifesta na produção do sujeito, na sua transformação em ator social.⁸ A transformação dos sujeitos, no entanto, implica mudar relações de poder numa rede societária e pública, com fundos e poder de decisão para esses sujeitos. O poder é que produz o sujeito nas suas relações.

As possibilidades do cidadão ter proteção social através do Estado precisa estar articulada à realidade local onde vive e é reconhecido, numa rede complexa de seguros, assistência e serviços onde possa

⁸ Afirma, entretanto, Touraine (1999) que “o sujeito não tem outro conteúdo que a produção dele mesmo”, (p. 23) esquecendo-se de que o sujeito é uma relação e não uma substância isolada. Para Touraine o apelo ao sujeito é a única resposta à dissociação entre economia e cultura e a fonte possível de resistência às mudanças econômicas. A proteção social, hoje, passa pela construção de instituições a serviço da liberdade e da comunicação entre sujeitos” em substituição à antiga idéia de democracia” (p. 24), numa política do sujeito que é “o reconhecimento da diversidade cultural, dizer não à exclusão, direito do indivíduo à história de vida onde se realize, ao menos parcialmente, num projeto pessoal e coletivo”... (p. 300).

exercer sua voz e garantir sua vida. A rede de proteção social deve levar em conta o sofrimento do desempregado, a perda de referências diante da mudança da própria família e da crise existencial. A solidão e o isolamento são problemas concretos que se aliam à falta de condições subjetivas e objetivas para se enfrentar esse processo aqui analisado de perda simultânea das referências da família, do salário e da cidadania.

Os governos apelam, comumente, para o discurso da solidariedade⁹ inter-familiar, de vizinhança, religiosa, de amizade, mas não se constrói uma rede solidária sem uma articulação política que seja conduzida pelo poder público e por ele garantida. A rede de vizinhança é mais complicada na vida urbana, onde as trocas horizontais dependem das relações de obtenção da manutenção básica e mínima através do trabalho que rareia. A rede do tráfico e da droga, muitas vezes, controla a própria circulação, o consumo e cria dependências físicas e sociais que fragmentam e agudizam a violência das relações sociais. A família incerta e o não-trabalho abrem um espaço para os grupos de ação violenta, o tráfico, o álcool e dependência das drogas. A falta de garantias faz com que milhares de pessoas se inscrevam em São Paulo para poucas vagas temporárias de varredores de rua.

Apesar da crise, ou melhor na crise, é possível também, como assinala Boaventura de Souza Santos (1998), reinventar a democracia e o Estado, considerado pelo autor, inclusive, como um novo movimento social. A partir do Estado é possível recentralizar as decisões, repensar a sociedade, defender a soberania nacional, impulsionar a cultura, contribuir-se para um pensamento global e complexo e uma ação local e participativa,¹⁰ parafraseando o *slogan* maoísta difundido pelo movimento ecologista: “pensar globalmente e agir localmente”, sendo também necessário pensar localmente para se agir globalmente como fizeram os manifestantes de Seattle, no final de 1999.

A cultura, que constrói e articula significados, vem se tornando, contraditoriamente, tanto uma mediação para se construir ou reconstruir identidades de cor, etnia, nação para se enfrentar a fragmentação

9 Nunca como agora os governos apelam para a “solidariedade”. No México, surgiu o Programa Nacional de Solidariedade (Pronasol) e no Brasil, o “Comunidade Solidária”, só para citar dois exemplos.

¹⁰ Os ecologistas têm o slogan “pensar globalmente e agir localmente”, que a nosso ver implica complexidade e participação.

da sociedade e do Estado, assim como mediação de fragmentações do sujeito, fragmentação das políticas, fragmentação das famílias, fragmentação das religiões,¹¹ fragmentação das relações de trabalho, fragmentação das relações de vizinhança, fragmentação do Estado com a sociedade, para citar alguns exemplos. É no conjunto de significados que as fragmentações podem ter visibilidade estratégica para sua superação na ação. Estas contradições estão a exigir o processo permanente de aprendizagem, pois os saberes acumulados também se desgastam. O processo de aprendizagem permanente é exigido por toda a sociedade como requisito da vida, da velocidade tecnológica, da própria competitividade e também da reflexão crítica sobre a sociedade. Ulrich (1997, p. 53) afirma que “o que é muito mais provável na situação de transição que parece estar ocorrendo (e que de fato tem sido demonstrada), é a situação onde o “*social bond* está sendo cada vez mais substituído por *social bonds*”. Para o autor isto significa que “o regime de bem-estar não deixou de existir mas sim que sua forma e cobertura estão sendo cada vez mais divididas dentro de diferentes regimes de acordo com as estruturas de poder inerentes nos mercados de trabalho e de acordo com as estruturas de poder financeiro e político. Estes problemas, têm sido amplamente discutidos sob o título de “sociedade dois terços/um terço” (*two thirds/one third society*), o que representa a dualização do vínculo social, com quase um terço da população que não tem cobertura social e que sofre de grandes privações, mesmo na Alemanha. A desregulação do Estado tem, por sua vez, favorecido a exclusão social.

Na análise das políticas sociais, os esquemas simplistas que as configuravam como doação do Estado ou conquista da sociedade não se coadunam mais com os processos complexos de mudança nas relações Estado/sociedade/mercado. A sociedade está em profunda mutação e, como assinala Ianni (1997, p. 15), “os desafios criados com a formação da sociedade global não só representam uma nova realidade como também criam novos desafios metodológicos e teóricos”.

No plano teórico, e no contexto do capitalismo industrial, a política social foi definida, por Clauss Offe (1984, p. 24), como um processo adaptativo da força de trabalho ao capital; assim, ela foi considerada como: “conjunto daquelas relações e estratégias politicamente organi-

¹¹ Alba Zaluar (1998) mostra que, numa mesma família na favela, as pessoas hoje estão brigando porque um é evangélico, o outro é da igreja universal, o outro é católico: há uma fragmentação inclusive pela religião.

zadas, que produzem continuamente essa transformação do proprietário da força de trabalho em trabalhador assalariado...” ou seja, a função da política social era, atendendo ao mesmo tempo as necessidades do trabalhador e as exigências do capital, inscrever o proprietário da força de trabalho no assalariamento. Essa perspectiva esteve presente no Serviço Social enquanto construção e incorporação da informação, da ideologia, da disciplina, das habilidades, das rotinas, das condições de vida e dos deveres para a vida na sociedade do trabalho assalariado.

A mudança das condições do capitalismo e da sociedade está a colocar novas exigências para as políticas sociais. Diante do esgotamento da condição salarial, já não se trata mais, de forma prioritária, de se inserir o trabalhador nessa forma de trabalho. Predomina o desemprego, e algumas empresas estão contratando serviços sociais e psicológicos para preparar o trabalhador para o desemprego, fazendo-se o contrário do definido por Claus Offe. Isto significa concretamente, por exemplo, a diminuição das tensões pessoais de quem vai ser despedido e a informação sobre os recursos disponíveis para desempregados. Robert Castel (1998b) coloca como papel do trabalho social, hoje, a *gestão do não-trabalho* dos que estão fora do mercado de trabalho e não têm chances de nele ingressar ou reingressar. Esse tipo de gestão põe ênfase mais na empregabilidade do sujeito ou em sua capacitação para competir que na obtenção do emprego e do assalariamento. A empregabilidade passa a ser o cerne da política de competitividade, agora não mais sob o domínio do capital industrial, mas do capital financeiro e especulativo. Esta empregabilidade difere, por sua vez, da capacitação crítica a que nos referimos acima, ao considerar a formação profissional sob o ângulo da competitividade no mercado de geração de renda ou sob o ângulo da inserção na atividade para incremento de benefícios sociais.

Na falta de trabalho assalariado, a gestão da pobreza busca fomentar a implantação de “pequenos negócios” dos pobres, seja sob a ótica *comunitarista*, seja sob a ótica dos *empreendimentos*¹² de geração de renda, não raro financiados com empréstimos bancários, às vezes com taxas menores do que as do mercado, o que é considerado pelos promotores desses projetos como um avanço social. É o caso de muitos “bancos dos pobres”. Essa proposta, além de focalista, e portanto limitada aos alvos escolhidos, não é uma mediação para se resolver a pobre-

¹² Ver essas duas perspectivas nos textos organizados por Gaiger (1996).

za, mas para sua transformação em um empreendimento pobre, o que poderá contribuir, de certa forma, para a sobrevivência dos que tiverem condições de se estabelecer como autônomos ou micro-empresários, pressupondo-se conhecimento, capital, informação, recomendação e, evidentemente, mercado.

Essas propostas e ações voltadas para a empregabilidade, a focalização, o micro-crédito retomam a questão da relação entre autonomia do sujeito e tutela do Estado, mas se configuram diferentemente nas relações de força nacionais e internacionais, com o peso do Fundo Monetário Internacional e dos movimentos locais, implicando um deslocamento da análise política apenas dos contornos locais.

As condições e paradigmas da pesquisa

Se há profundas mudanças no próprio objeto das políticas sociais, há de se considerar também as mudanças nas condições de realização da pesquisa, com o pressuposto de que o desenvolvimento da pesquisa é condicionado pela estrutura que a sustenta, tanto em relação às condições materiais de implementação, quanto em relação à articulação de atores e propostas.

Em primeiro lugar temos que destacar o desenvolvimento da Internet com o aumento do fluxo de informações entre pesquisadores. A base informacional que possibilita a reestruturação produtiva também permite a constituição de banco de dados com imensa quantidade de informação disponível, facilitando o acesso e o trabalho dos pesquisadores. Esta disponibilidade se faz tanto *on line* como através de CDs que dispõem, inclusive, de programas para se trabalhar os dados. Os pesquisadores, no entanto, precisam também se capacitar em novas tecnologias, nesse processo de desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia, hoje profundamente imbricados.

Como o conhecimento é o insumo fundamental da própria produção, a pesquisa não se concentra mais nas universidades, mas se desloca para as grandes empresas que correm para competir com os seus pares para ganhar o mercado. Nota-se também uma associação entre empresas e universidades sem, muitas vezes, a garantia da autonomia na busca do conhecimento, que se torna o principal desafio das universidades que perdem o financiamento do Estado. Há, no entanto,

uma grande explosão de núcleos de pesquisa que articulam muitos tipos de contrato para efetivação de suas pesquisas. O sistema de bolsas para a pós-graduação tem, muitas vezes, possibilitado o desenvolvimento da pesquisa de forma autônoma. O intercâmbio de pesquisadores, de professores visitantes também propicia a qualidade de pesquisa, mas são as associações científicas que ventilam a comunicação e o intercâmbio de forma mais articulada e crítica, possibilitando a discussão entre diferentes correntes de pensamento, na busca de pressupostos mais profundos para a compreensão das questões em pauta, com disputas entre paradigmas.

O paradigma marxista, que embute uma perspectiva crítica, muitas vezes veio também travestido da visão positivista ou funcionalista. À medida que passou a considerar somente a lógica do capital como única explicação das questões econômicas e sociais, tornou toda a sociedade um instrumento do capital. Guerra (2000) chega a afirmar que “o processo produtivo capitalista detém a propriedade de converter as instituições e práticas sociais em instrumento/meios de reprodução do capital.” Ou seja, nessa perspectiva perde-se a visão do processo, da história real em nome de uma visão genérica e abstrata onde tudo é funcional ao interesse da reprodução social.

Já o empirismo, também reducionista e mais terra a terra, considera apenas os dados do momento para consumo imediato dos operadores, com grande ênfase nas pesquisas de opinião que hoje governam os governantes para não perderem eleições ou eleitores num jogo de ilusão. Às vezes, também com um discurso marxista, o que se fez foi submeter as idéias a uma verificação empírica, à moda de Kopyn, como se fosse possível provar uma teoria através da prática de alguns atores isolados (Faleiros, 1987). A autonomia da teoria é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, sem contudo perder sua vinculação dialética com a prática social em sentido amplo.

As pesquisas de opinião, por sua vez, apenas retratam o lado subjetivo, as preferências, que podem também ser criadas por um forte processo de *marketing* para persuadir, convencer e desenvolver a hegemonia do bloco dominante.

O ângulo neo-institucionalista de análise (cf. Merrien, 1990) se propôs a dar mais ênfase no papel das burocracias na formulação das políticas sociais em substituição a uma análise fundada na luta de classes. Nessa ótica o Estado teria mais autonomia na formulação de

políticas sociais, tornando a institucionalização do Estado uma variável independente para explicar as políticas sociais. Tanto o reducionismo instrumentalista como o reducionismo institucionalista não possibilitam, hoje, considerar a desconstrução e a construção crítica a que nos referimos no início deste trabalho.

Qualquer discussão metodológica passa, pois, pela análise da complexidade das relações e relatividade dos paradigmas que precisam dar conta tanto dos processos como dos resultados das mudanças na sociedade e nas políticas sociais e da correlação de forças na conjuntura (cf. Faleiros, 2000). Essa correlação de forças é situada na perspectiva histórico-estrutural de “longa duração”, como vimos acima, combinando a análise das lutas e das condições históricas nas quais se dão as lutas e disputas de classes, de blocos, de grupos que se configuram em forças sociais.

Essa dinâmica das mudanças implica uma focalização profunda da análise no processo (*making*) da política social não só enquanto passagem do projeto à lei, como soem trabalhar alguns analistas políticos, mas enquanto articulada ao processo de construção do Estado e de coesão social na dinâmica das forças sociais e dessa condensação no Estado (cf. Faleiros, 2000). Essa perspectiva de análise privilegia a história, e nela, a relação estrutura e conjuntura. Braudel (1981, p. 9) assinala que “a nova história econômica e social coloca no primeiro plano de sua investigação a oscilação cíclica e aposta na sua duração... Desta forma, existe hoje, a par da narração (ou do “recitativo”) tradicional, um recitativo da conjuntura que para estudar o passado o divide em amplas secções: períodos de dez, vinte ou cinqüenta anos”. Esta perspectiva pode incorporar a pluralidade de visões, o confronto de forças no processo, como o fizemos na análise das políticas de saúde do trabalhador no Brasil de 1920 a 1980, destacando nas diferentes conjunturas os interesses em jogo, a dinâmica das relações e os resultados desse confronto (Faleiros, 1992).

Para melhor compreender o processo, os estudos comparativos têm dado uma contribuição significativa como os de Rimlinger (1971), de Flora e Heidenheimer (1984), de Pfaller, Gough e Therborn (1991) e de Andersen (1996). A perspectiva histórica aliada à perspectiva comparativa abre espaços para uma compreensão profunda dos processos e visualização das forças dominantes e subordinadas nesses processos.

A avaliação, por sua vez, pode ter várias alternativas, podendo ser um dispositivo do poder estabelecido, como um processo participativo. A dimensão avaliativa dominante considera mais os resultados do que os processos, embora não se possa separar uma dessas questões da outra, tendo em vista que a avaliação de resultados se encontra sempre num determinado processo.

A avaliação não é um mecanismo neutro, mas se inscreve num contexto de interesses e padrões estabelecidos por quem a encomenda. Uma vez que se destina a alguém, implica uma relação de poder e saber, e consiste no estabelecimento de uma comparação:

- seja de uma situação A com a situação B no tempo;
- seja do padrão X com a situação Y;
- seja do objetivo estabelecido com o resultado;
- seja dos custos com os benefícios;
- seja do método ou do processo com outros métodos e processos alternativos.

Dessa forma, temos avaliações de mudança, de impacto, de eficácia, de eficiência ou de procedimentos. Além disso, é preciso distinguir avaliação de monitoramento, pois são procedimentos distintos. A avaliação deverá contribuir para o monitoramento futuro, mas não será ela mesma um processo de monitoramento que implica o constante acompanhamento das atividades. Uma pesquisa que quisesse contemplar todas estas dimensões seria extremamente abrangente e deveria ter uma equipe, além de extensa, multidisciplinar.

Se formos, por exemplo, contextualizar a história das políticas para a infância seria necessário considerar que a produção da sociedade, da infância e da política para a infância estão articuladas. Por exemplo, a perspectiva higienista do primeiro quarto do Século XX está articulada a uma sociedade e um Estado com predominância para a defesa da ordem social, e a perspectiva da proteção integral a uma sociedade e um Estado com predominância para a defesa de direitos, no contexto mundial da explicitação dos direitos humanos, das crianças, da mulheres, dos presos e de outros segmentos que foram discriminados pela ordem dominante.

O privilegiamento do qualitativo ou do quantitativo, nessa perspectiva, diminui de importância, pois o fundamental é articular dimensões e não cruzar variáveis. Se cruzamento de variáveis contribuir para esclarecer as dimensões analíticas, vale a pena o trabalho quantitativo. A análise documental de um processo tem levado os pesquisadores à busca de fontes primárias e secundárias para coletar os dados sobre formulação e execução de políticas, movimentos sociais, programas e projetos variados, na busca de combinação do diacrônico com sincrônico, das rupturas e das continuidades.

É fundamental, no entanto, destacar que as pesquisas precisam tanto de profundidade na discussão dos paradigmas, como de extensão na compreensão e explicação das relações em pauta.

A utilização de técnicas vai, assim, depender de um caminhar e de um olhar críticos que vêem a ciência como um lugar de fala, construído e articulado por determinadas regras que vão se explicitando, questionando-se, ao mesmo tempo, o desvelamento do objeto em pauta, em suas múltiplas conexões, num processo de continuidade e de ruptura estrutural e conjunturalmente considerado.

Bibliografia

- BEVERIDGE, William. *O plano Beveridge*. São Paulo, José Olympio Editora, 1943.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais* Lisboa: Presença, 1981.
- CAHIERS DE RECHERCHE SOCIOLOGIQUE, L'État dans la tourmente, Montréal, n. 24, 1995.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998a.
- _____. Du travail social à la gestion sociale du non-travail. *Esprit*, Paris, n. 3-4, p. 28-47, mars-avril, 1998b.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- COMISSÃO GULBENKIAN para a reestruturação das Ciências Sociais. *Para abrir as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1996.

- ESPING-ANDERSEN, Gosta. *Welfare states in transitions*. Londres: Sage, UNRISD, 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceitualização. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 24, p. 49-69, 1987.
- _____. *O trabalho da política*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. Desafios para o serviço social na era da globalização. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 61, p.152-186, 1999 .
- _____. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.
- FLEURY, Sônia. *Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- FLORA, Peter; HENDEIHEIMER, Arnold (Ed.). *The development of Welfare States in Europe and America*. London: Transaction, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.) *Formas de combate e de resistência à pobreza*. São Leopoldo, Unisinos, 1996
- GAULEJAC, Vincent de; LÉONETTI, Isabel Taboada. *La lutte des places*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Gramsci dans le Texte*. Paris: Éditions Sociales, 1975.
- GRAY, John. *False dawn: the desilusions of global capitalism*. Londres: Granta Books, 1998.
- GRUPO DE LISBOA. *Limites à competição*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1994.
- GUERRA, Iolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 5-34, mar. 2000.
- HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- IANNI, Octavio. A sociologia numa época de globalismo. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.) *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

- MARTINS, José de Souza (Coord.). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. *Le capital*. Montréal: Nouvelle Frontière, 1976. Préfacio à segunda edição: p. 21.
- _____. *Le 18 brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Éditions Sociales, 1969.
- MERRIEN, François Xavier. Etat et politiques sociales: contribution à une théorie "néo-institutionnaliste". *Sociologie du Travail*, Paris, v. 22, n. 3, p. 267-294, 1990.
- MÜCKENBERGER, Ulrich. Trabalho, modernização e integração social. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). *A sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PFALLER, Alfred; GOUGH, Ian; THERBORN, Göran (Ed.). *Can the Welfare State compete?* Londres: MacMillan, 1991.
- REICH, Robert B. *O trabalho das nações: preparando-nos para o capitalismo do século XXI*. São Paulo: Educador, 1994.
- RIMLINGER, Gaston. *Welfare Policy and industrialization in Europe, America and Russia*. New York: John Wiley, 1971.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Du Contrat Social*. Paris: Le Monde en 10/18, 1963, p. 61.
- SANTOS, Boaventura dos. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, Fundação Mário Soares, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, UCAM, IUPERJ, 1998.